

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.678 - RS (2019/0094454-9)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : RAFAEL ANDRADE MENEZES (PRESO)  
**ADVOGADO** : FELIPE RIETH SGARBOSSA - RS100351  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar em recurso em *habeas corpus* interposto por **Rafael Andrade Menezes**, impugnando-se o acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no HC n. 70080223373, que, ao denegar o *writ*, manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da comarca de Passo Fundo/RS, com fundamento na garantia da ordem pública.

O acórdão foi assim ementado (fl. 142):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PACIENTE CONDENADO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APELAR EM LIBERDADE. NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SUPERADA PELA SUMULA 09 DO STJ.*

*Habeas corpus* denegado.

O recorrente alega, nas suas razões recursais, em síntese, que o Tribunal de origem inovou na fundamentação da decisão, em sentença, de manter a prisão preventiva do paciente (fl. 291).

Sustenta que a concessão da ordem, no caso, era medida imperativa, pois se a manutenção da prisão em sentença deve ser fundamentada - e havendo erro material em seu teor - não há fundamentação idônea a amparar a manutenção da segregação cautelar.

Menciona que não é de grande monta a quantidade de drogas (de única variedade), qual seja: 10 g de crack, o que torna questionável a higidez do argumento de que se faz necessária a prisão pois a liberdade do paciente traz risco à ordem pública, situação não comprovada nos autos (fl. 292).

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com a consequente

expedição de alvará de soltura (fl. 293).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Nesse contexto, **nesse primeiro juízo de cognição sumária**, não vejo o *fumus boni iuris* do pedido, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando do seu julgamento definitivo.

Consta do acórdão atacado (fls. 275/276 – grifo nosso):

[...] Conforme se verifica, o paciente foi preso em flagrante no dia 02/11/2017, tendo havido a conversão em prisão preventiva.

A denúncia foi recebida em 21/03/2018, ocasião em que foi revogada a prisão preventiva, mediante aplicação de medidas cautelares.

Em 25/07/2018, após representação do Parquet pela segregação cautelar, **o paciente foi preso novamente, em razão da prática, em tese, do mesmo delito, no processo crime nº 021/2.18.0004338-3.**

Ocorre que, em 19/01/2019, o juízo de origem proferiu sentença, condenando o ora paciente RAFAEL ANDRADE MENEZES, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, à pena privativa de liberdade de 05 anos de reclusão, em regime semiaberto, sendo-lhe negado o direito de apelar em liberdade.

Embora o paciente não ostente condenações em sua ficha criminal, como exposto pela autoridade coatora na sentença, verifico que **a necessidade da segregação cautelar ainda permanece inalterada, devendo ser mantida a prisão preventiva, de acordo com os próprios fundamentos expendidos pelo juízo monocrático – garantia da ordem pública e segurança da aplicação da lei penal.**

Nesse sentido, é também o entendimento do ilustre Procurador de Justiça que oficiou no feito, Dr. Luciano Pretto:

Por outro lado, em que pese o artigo 59 da Lei nº 11.343/06 permita que o réu primário e de bons antecedentes recorra em liberdade, os argumentos trazidos à inicial do *mandamus* são insuficientes para esvaziar a precisão e o rigor da bem lançada decisão ora atacada, **tendo em vista que o paciente descumpriu as condições impostas quando da concessão da liberdade provisória, o que ensejou, mais uma vez, a decretação da prisão preventiva.**

Além disso, o delito de tráfico de drogas é doloso, punido com pena máxima superior a quatro anos, portanto, atendido o disposto no artigo 313 do Código de Processo Penal.

Ademais, resta superada qualquer ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência, de acordo com a Súmula nº 09, do STJ: “A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.”

Por fim, verifica-se que o feito aguarda o oferecimento das razões de apelação pela defesa.

[...]

Por conseguinte, não há falar em constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator